

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos doze dias do mês de novembro de mil, novecentos e noventa e oito, o Conselho Municipal de Saúde reuniu-se extraordinariamente. Às 14:50 horas, a 1ª secretária do Conselho, Sônia dos Santos, comunica aos presentes que por não ter sido completado o quórum regimental, dará início aos informes antes que se instale a plenária pelos informes. Em seguida, justifica a ausência do secretário geral, Roberto dos Santos e solicita que a conselheira Marlene Lage ajude a secretariar os trabalhos até a chegada do 2º secretário. A seguir, Sônia faz a leitura da seguinte pauta: 1 – Informes; 2 – Resultado do 2º fluxograma do atendimento nas farmácias das unidades de saúde da SMSA/SUS/BH; 3 – 6ª Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde; 4 – Hospital da Baleia. Convida para tomarem assento à mesa, o representante da SMSA e a Coordenadora de Farmácia da SMSA, Vicencina Costa Val. Iniciando os informes, fala da realização no Seminário de Políticas Públicas do Encontro Mineiro de Pessoas Portadoras de Deficiência. Diz que o evento será realizado em 30/11, 01/12 e 02/12/98, no Minascentro, sob o patrocínio da Escola Sindical 7 de Outubro, acrescentando que encontram-se na mesa, à disposição dos presentes, as fichas para inscrição dos que se interessarem em participar. Faz a leitura de ofício do assessor jurídico da SMSA, respondendo a outro encaminhado pelo Conselho no qual, por solicitação do conselheiro Evaristo Garcia, foram pedidas informações do relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquéritos) sobre recursos de R\$ 40 milhões do FMS que teriam sido solicitados pelo ex prefeito Patrus Ananias. Aberta a palavra para informes dos presentes, o conselheiro Antônio Gomes, informa que a Comissão de conselheiros da BHTrans avaliou a proposta de aumento no preço das passagens de ônibus de Belo Horizonte, posicionando-se contra, protesta pelo fato de, segundo diz, o prefeito haver autorizado o aumento contrariando a Comissão. Informa também da retirada de projeto que concedia abono aos servidores municipais. O conselheiro Evaristo comenta o ofício do assessor jurídico da secretaria que, na sua opinião, não corresponde ao que foi consultado. O conselheiro Sebastião, informa de reunião realizada ontem (11/11/98), no Hospital Sofia Feldman, da qual participaram, representando o CMS, os conselheiros João Athayde e Sônia dos Santos, membros da mesa diretora. João Athayde, passa informes dessa reunião, colocando aspectos que ressaltam a importância do Hospital Sofia Feldman, relatando as dificuldades enfrentadas pelo hospital apesar de contar, segundo diz, com o apoio da comunidade que mantém a instituição e luta para que continue prestando assistência exclusivamente pelo SUS. Acrescenta que da reunião saíram as seguintes propostas: O CMS autorizar novo adiantamento que será negociado com a SMSA para fazer face a situação de emergência do hospital, discutir negociação para convênio similar a um que teria sido feito em Campinas e mobilização da sociedade em defesa do hospital. O conselheiro José Osvaldo, propõe em relação ao relatório da CPI, objeto do ofício lido pela Sônia, que o CMS encaminhe ao Ministério Público Estadual um pedido de informações sobre o andamento do processo. O conselheiro Evaristo, informa de discussão ocorrida na Câmara Municipal sobre o pacote fiscal do governo federal, propondo que o secretário municipal de planejamento, Maurício Borges seja convidado a vir ao Conselho dar explicações sobre o orçamento da prefeitura. O conselheiro Antônio Carlos, fala sobre o IPTU e propõe que o CMS se posicione em relação ao que considera aumento absurdo do valor desse imposto. Informa de uma relação de medicamentos que não estão indo para os postos por falta de pagamento. O conselheiro Leonardo, justifica a ausência do Secretário Marílio Malagutti, na reunião do Sofia Feldman, esclarecendo que a Secretaria enviou representantes à referida reunião. Coloca que é de interesse da Secretaria a assinatura do convênio global com o Sofia Feldman, que esbarrou em problemas jurídicos levantados pela procuradoria da prefeitura. Diz que vêm sendo discutidos formas de reordenar o fluxo dos usuários no sentido de atingir o percentual proposto no convênio global de modo a que se tenha o aporte de recursos necessários ao reerguimento do hospital. Em seguida, Sônia coloca que o representante do Hospital da Baleia, Lauro Neves, tem proposta de inversão da pauta e passa-lhe a palavra. Lauro defende que

51 o 4º ponto da pauta: Hospital da Baleia, seja discutido a seguir por ser assunto de rápida discussão e
52 encontrar-se presente o superintendente daquele hospital que terá que se retirar do plenário. Sônia
53 consulta o plenário que por consenso concorda com a inversão ficando entretanto mantido como
54 item 3 da pauta a discussão do fluxograma de medicamento. Sônia, convida para tomar assento à
55 mesa, a Superintendente geral do Hospital da Baleia, Dr. Paulo Naves e a representante do
56 departamento financeiro da Secretaria, Ana Paola. Em seguida, faz a leitura de correspondência
57 encaminhada ao Conselho pela Fundação Benjamim Guimarães (Hospital da Baleia), na qual
58 solicita um adiantamento de recursos do FMS no valor de R\$ 287 mil reais, a ser descontado do
59 faturamento do hospital por serviços prestados ao SUS. O Superintendente Paulo Naves explica as
60 dificuldades financeiras enfrentadas pelo hospital e solicita empenho do Conselho em aprovar o
61 pleito do hospital. A conselheira Rosseli pede esclarecimentos sobre se o recurso solicitado é do
62 Fundo Municipal de Saúde. A 1ª secretária, Sônia, passa a palavra a Ana Paola, do departamento
63 financeiro da Secretaria, que inicialmente esclarece que o recurso virá do Tesouro Municipal para o
64 Fundo e acrescenta que a Secretaria está de acordo com o pleito do hospital e a transferência
65 aguarda apenas a aprovação do Conselho. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro Antônio
66 Gomes, defende a aprovação argumentando que o Hospital da Baleia presta bons serviços e os
67 recursos serão pagos descontados da fatura. O conselheiro Evaristo, também concorda comentando
68 que não se trata de um empréstimo e sim de uma transferência em forma de adiantamento. O
69 conselheiro Antônio Amâncio, apoia o adiantamento e parabeniza o Hospital da Baleia pelo
70 atendimento que presta à população citando exemplo pessoal. A conselheira Joana considera
71 importantes os esclarecimentos da Secretaria e pergunta se os recursos são suficientes para garantir
72 que hospital cumpra seus compromissos, inclusive o pagamento do 13º salário e se a mesma medida
73 está sendo pensada para o Hospital Sofia Feldman. O conselheiro Ivo, posiciona-se de acordo,
74 representante dos hospitais filantrópicos, fala que a Baleia é um dos hospitais que mais merecem
75 esse tipo de ajuda e acrescenta que o estado está devendo ao Hospital da Baleia há oito meses e não
76 dá sinais de saldar essa dívida. A conselheira Rosseli, pergunta se o recurso que virá do Tesouro
77 Municipal vem em forma de dinheiro ou de crédito, coloca que o prefeito Célio de Castro disse que
78 talvez não tenha condições de pagar o 13º dos funcionários e outros gastos para saúde como ele vai
79 ter R\$ 287 mil para emprestar ao Baleia, que, na sua opinião, merece mas, pergunta também se o
80 Baleia pagará a dívida com serviços ou em dinheiro e propõe que a questão seja remetida à Câmara
81 Técnica, caso o plenário se considere sem condições de decidir na presente reunião. A conselheira
82 Ednéia, fala da importância do hospital e defende a aprovação do adiantamento. O conselheiro
83 Antônio Carlos, também posiciona-se favorável a aprovação e pede que Paola esclareça se a
84 transferência do recurso será feita do Tesouro Nacional para o Municipal, se a negociação é a nível
85 do governo federal e se não seria possível envolver nesse tipo de negociação os laboratórios que,
86 segundo diz, não estão distribuindo medicamentos aos postos por falta de pagamento pela
87 prefeitura. O Superintendente do HB, fala que o hospital encontra-se na atual situação por
88 inadimplência do estado, que lhe deve uma verba atrasada há 8 meses, que está em torno de R\$
89 1,200 milhões. Agradece e parabeniza o Conselho pelo trabalho que realiza. Esclarecendo, Paola
90 coloca que o recurso virá para o FMS não só contabilmente mas o recursos financeiro também e
91 concorda que não se deva falar em empréstimo, porque não haverá incidência de juros, e sim de
92 adiantamento que será descontado da fatura de janeiro a ser paga em fevereiro. Sobre o Sofia
93 Feldman, esclarece que o mesmo tipo de adiantamento já foi feito àquele hospital, após aprovação
94 do CMS. Em relação aos medicamentos, fala que o Fundo está dispondo dos recursos escassos para
95 pagar os fornecedores mas em nenhum momento deixou de pagar os fornecedores de
96 medicamentos. Quanto ao 13º salário, coloca que o prefeito declarou à imprensa que o mesmo será
97 pago no mês de dezembro. Sônia consulta o plenário que aprova por consenso o adiantamento
98 financeiro ao Hospital da Baleia. A seguir passa-se ao ponto seguinte da pauta: Resultado do 2º
99 fluxograma do atendimento nas unidades de farmácia da Secretaria Municipal. Para expor sobre o
100 tema, Sônia convida para ocupar a mesa, a coordenadora de farmácias da SMSA, Vicencina da

101 Costa Val. Antes de se iniciar a exposição, Sônia informa da exclusão dos conselheiros Álvaro
102 Gonçalves e Epifânio de Freitas, por terem excedido ao número de faltas permitido pelo Regimento
103 Interno do CMS. Sônia, acrescenta que a Secretaria Executiva fará um levantamento dos faltosos
104 que, segundo diz, incluirá o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Adjunto que não estão
105 participando das reuniões. O conselheiro Evaristo, critica a ausência do secretário e propõe que seja
106 deixada sempre uma cadeira vazia simbolizando o protesto do Conselho. O conselheiro João
107 Athayde, fala da importância de os conselheiros justificarem a ausência das reuniões. A seguir,
108 Vicencina faz a exposição sobre o 2º fluxograma do atendimento das farmácias do SUS. Explica,
109 inicialmente como foi realizado o 1º fluxograma em 1997 e esclarece que o 2º fluxograma foi feito
110 em junho, em todas as unidades de saúde que fazem dispensação de medicamentos, a partir da
111 constatação em maio de grande aumento no consumo. Fala que foi pesquisada toda a população que
112 buscou medicamentos em 137 unidades de saúde e que foram pesquisados dois itens fundamentais:
113 de onde eram os usuários que vieram pegar medicamentos e de onde era originada a receita dele.
114 Esclarece que usuários de outras cidades fazem a consulta no SUS/BH gerando uma receita. Fala
115 que na pesquisa foi demonstrado que os distritos sanitários Venda Nova e Leste são os que mais
116 atendem usuários de outros municípios, exatamente repetindo os dados do ano passado, sendo que,
117 em Venda Nova, 24% das receitas são de usuários que moram em outros municípios e na Leste
118 17,9%. No levantamento comparativo, foi verificado que tanto no ano passado quanto neste,
119 Contagem, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Ibirité foram nesta ordem os municípios que
120 tiveram o maior número de moradores atendidos no SUS/BH. Coloca que do montante de 16.430
121 receitas atendidas diariamente, 7,6% são oriundas de outros municípios o que comparados aos 14%
122 de medicamentos fornecidos comprova que os usuários das cidades próximas têm o atendimento
123 médico nas unidades do SUS/BH. Diz que no estudo comparativo entre 1997 e 1998, constatou-se
124 que em 97 foram 4,7% de usuários de outros municípios e em 98 passou para 7,6% o que representa
125 um momento de 86%. Outro dado pesquisado foi sobre quais são os serviços que geram as
126 prescrições e constatou-se que do serviço próprio da SMSA são 64,8%, do serviço público não
127 municipalizado são 7,7% do serviço contratado/conveniado 12,8% e do serviço privado, clínicas
128 particulares e planos de saúde 14,6% das prescrições. Acrescenta que somados 33,2% das receitas
129 são de fora do SUS/BH. No estudo comparativo entre os anos pesquisados houve aumento das
130 receitas oriundas dos serviços contratados e conveniados e das oriundas de clínicas particulares e
131 planos de saúde, enquanto diminuíram as dos serviços próprios e dos não municipalizados. Cita
132 exemplo do município de Contagem que de um total de 552 usuários, 32,4% tiveram atendimento
133 médico, prescrição e distribuição do medicamento em Belo Horizonte e 67,6% vieram com a receita
134 de Contagem e pegaram o medicamento nas farmácias do SUS/BH. Fala das farmácias dos PAMs
135 que, segundo diz, eram os grandes dispensadores de medicamentos de Belo Horizonte e nelas
136 constatou-se que 28,5% das prescrições desse ano são de outros municípios, enquanto no ano
137 passado foram 16,5%, o que significa um aumento superior a 97%. Esclarece que este dado
138 subsidiou a decisão da SMSA de fechar o atendimento das farmácias dos PAMs para o atendimento
139 externo e elas hoje só atendem aos usuários consultados no próprio PAM. Acrescenta que as
140 farmácias dos PAMs eram as que mais recebiam e consumiam medicamentos e entendeu-se que os
141 usuários de Belo Horizonte estavam sendo prejudicados em benefício dos de outros municípios. Diz
142 que, por isso, propôs-se deslocar os medicamentos das farmácias dos PAMs para as unidades de
143 saúde de modo a facilitar o acesso dos usuários do SUS/BH. Também nas farmácias dos PAMs
144 constatou-se que as cidades da região metropolitana mais atendidas são as mesmas citadas
145 anteriormente e na mesma ordem. Quanto as prescrições, 80,4% são originadas em Belo Horizonte
146 e 19,6% em outros municípios. Diz que o PAM que atendia maior número de prescrições de outros
147 municípios era o Campos Sales principalmente pela facilidade de acesso dos moradores de
148 Contagem. Fala que em 1997, dos 223 usuários de Contagem, 118 tiveram o atendimento médico e
149 os medicamentos garantidos em Belo Horizonte o que equivale a 52,9% e 105 ou 47,1% vieram
150 com a prescrição de lá. O município de Ibirité foi o que teve maior aumento do número de usuários

151 atendidos pelo SUS/BH. Afirma que em 97, 62,4% eram receitas de serviços próprios da Secretaria
152 passando nesse ano para 59,8% dos outros serviços de saúde, eram 32,9% e passou nesse ano para
153 32,5% e dos outros municípios passou de 4,7% para 7,6%. Coloca que os números parecem não ser
154 significativos, mas se calculada a distribuição anual de medicamentos são mais de quatro milhões.
155 Fala da complexidade do problema e das dificuldades de planejar a compra de medicamentos,
156 acrescentando que no ano passado foi definido pela Secretaria que seriam gastos com
157 medicamentos R\$ 700 mil/mês e que significam R\$ 8,4 milhões/ano. Apresenta a planilha de 1998
158 demonstrando que até setembro já foram gastos R\$ 7.690.398,00, significando uma média/mês de
159 R\$ 854.484,00 para um teto-limite de R\$ 700 mil reais. Afirma que não dá para falar que está
160 faltando ou que a Secretaria não está comprando medicamentos e sim, que ele não está conseguindo
161 manter as compras no ritmo que elas estão indo, acrescentando que o repasse do governo federal
162 para compra de medicamentos é de R\$ 600 mil/mês. Apresenta dados de anos anteriores, colocando
163 que em 1996 foram gastos cerca de R\$ 4 milhões/ano e em 1997 R\$ 5,6 milhões/ano enquanto até
164 setembro deste ano foram gastos R\$ 7,69 milhões. Informa que foram propostas à Secretaria as
165 seguintes diretrizes: - otimização dos mecanismos de controle dos medicamentos em todas as
166 unidades de saúde, controle rigoroso, no sentido de que cada unidade tenha pessoas responsáveis
167 pelo medicamento; - elaboração de normas para o funcionamento das farmácias; - receitas médicas
168 em duas vias no sentido de proporcionar a comprovação da saída dos medicamentos; - elaboração
169 de critérios para dispensação dos medicamentos; - definição da clientela a ser atendida. Esclarece
170 que por deliberação da Plenária de Saúde a Secretaria, venha distribuindo medicamentos aos
171 pacientes com cadastro de usuários, por área de abrangência e para os outros municípios sendo
172 distribuída uma cartela do medicamento por usuário referenciando-o para a SMSA de sua cidade.
173 Diz que, entretanto, os municípios passaram a devolver o paciente com a informação de que lá não
174 havia o medicamento prescrito. Acrescenta que os remédios de saúde mental foram restritos aos
175 usuários de Belo Horizonte. Outras propostas que diz estarem sendo implementada são a agilização
176 da criação do Consórcio de Medicamentos e a ampla divulgação das medidas tomadas pela
177 Secretaria junto aos municípios, a imprensa e toda sociedade. Encerrada a exposição, a 1ª secretária,
178 Sônia, abre a palavra para intervenção do plenário. O conselheiro João Athayde, pergunta se o
179 aumento no gasto com medicamento deve-se somente ao aumento da demanda ou se considera
180 também o aumento de preço e qual a negociação que vem sendo feita com os outros municípios.
181 Propõe que a questão seja colocada formalisticamente para que os conselheiros possam promover
182 uma ampla discussão a nível de toda região metropolitana. O conselheiro Evaristo Garcia, defende
183 que se discuta o uso de medicamentos alternativos e propõe a formação de uma Comissão para
184 propor à equipe do governador eleito, Itamar Franco, a realização de um fórum para discutir a
185 questão. O conselheiro Antônio Carlos, fala que a Plenária Metropolitana discutiu os Consórcios e
186 propõe que os Conselhos das Cidades da Região Metropolitana sejam convocados para discutir a
187 criação destes Consórcios. Propõe também a informatização dos postos para agilizar o controle dos
188 medicamentos. O conselheiro Anésio, coloca que os recursos da saúde vêm do governo federal e
189 são de impostos que não têm fronteiras e na sua opinião, sendo o SUS Universal, as medidas
190 colocadas por Vicência são justas mas não deveriam ser implementadas em prejuízo dos usuários
191 de outros municípios. Defende a implantação do cartão SUS que entende ser mecanismo de garantir
192 que os municípios paguem pelo atendimento de seus moradores em Belo Horizonte. A conselheira
193 Joana, fala que os trabalhadores que atuam na ponta do Sistema estão sob ameaças até de morte por
194 estarem sendo obrigados a negar o medicamento a usuários. Defende que o SUS Universal, seus
195 princípios estão sendo desrespeitados e diz que, no seu entender isso deveria ser resolvido no fórum
196 próprio dos secretários municipais. Acrescenta que vem orientando os usuários de outras cidades a
197 procurarem a promotoria de defesa do cidadão para garantir seus direitos. A conselheira Lêda,
198 também defende a solução política com seus moradores. Coloca que as Comissões Locais de Saúde
199 devem fiscalizar para evitar que pessoas estoquem medicamentos enquanto outros não os
200 conseguem. Sônia lembra que a Plenária Metropolitana deliberou pela criação do Fórum

201 Metropolitano e, no seu entendimento, o CMS deveria juntamente com o Conselho Estadual,
202 articular a agilização deste fórum. A conselheira Cleide, fala do papel dos técnicos em relação ao
203 dos trabalhadores que atuam na ponta onde, segundo diz, vêm ocorrendo as ameaças relatadas por
204 Joana. Considera que falta vontade política de resolver o problema a nível de secretários e defende
205 que o Secretário Municipal de Belo Horizonte deveria entrar no Ministério Público e na Justiça
206 contra os outros secretários para forçar uma solução. A conselheira Anadil propõe que a mesa
207 diretora articule para agilizar o Fórum Metropolitano, o cartão SUS e que seja efetivada a reunião
208 proposta pelo conselheiro Evaristo com o novo governador. A conselheira Marlene pergunta como
209 ficam os pacientes crônicos já cadastrados nas unidades de saúde de Belo Horizonte e fala de
210 médicos que receitam medicamentos de uso continuado para três meses o que, no seu entendimento
211 contribui para a estocagem por parte do usuário. O conselheiro Cornellis, coloca sua opinião de que
212 o problema é dos gestores e não dos usuários e comenta que reside no limite entre Belo Horizonte e
213 Sabará onde, segundo diz, há desvio de recursos da saúde para outras despesas da prefeitura.
214 Defende que sejam buscadas soluções políticas para a questão dos medicamentos e entende que o
215 consórcio não será aceito pelos outros municípios já que terão que pagar pelo atendimento. Na sua
216 opinião, a Secretaria deveria antes de prejudicar os usuários dos outros municípios, negociar a
217 solução política. A participante Warlene, gerente do Centro de Saúde Confisco, situado no limite da
218 cidade de Contagem, relata os problemas decorrentes da situação dizendo que 70% da demanda
219 atendida no posto era de Contagem e 30% de Belo Horizonte, mas medidas que restringiram o
220 atendimento de usuários daquele município inverteram esse percentual, acrescentando que nos
221 últimos dois dias, fez novo fluxograma constatando que 78% dos medicamentos foram distribuídos
222 aos usuários de Belo Horizonte e 22% aos de Contagem. Coloca que as restrições foram colocadas
223 com aprovação da Comissão Local e diz que a pressão é realmente muito grande. Sobre a questão
224 dos cadastros usuários crônicos de medicamentos diz que estes continuam sendo atendidos e
225 defende a política de restrição argumentando que com Contagem foi tentado todo tipo de
226 negociação sem conseguir. O conselheiro Antônio Gomes, fala que moradores de Belo Horizonte,
227 usam os serviços de saúde de Vespasiano que diz serem excelentes. Afirma ser usuário de
228 medicamentos que nunca são encontrados no Centro de Saúde sendo obrigado a gastar mais de R\$
229 100,00 na compra. Critica o fato de, segundo diz, não ser dada nos postos nenhuma orientação aos
230 usuários sobre alternativas de medicamentos e alimentação e avalia que pessoas podem estar
231 pegando medicamentos nos postos para vender. A conselheira Rosseli fala de experiência pessoal
232 como trabalhadora do Resgate para exemplificar que, na sua opinião, pessoas podem morrer por
233 falta de medicamentos que lhes forem negados. Concorda com Cornellis reafirmando que o usuário
234 não pode ser penalizado e apela aos conselheiros no sentido de que não aprovem qualquer proposta
235 de negar medicamentos aos usuários do interior propondo que num prazo de seis meses o CMS
236 volte a avaliar a situação. O conselheiro Sebastião fala que a prefeitura de Santa Luzia manda
237 Kombis cheias de pessoas para serem atendidas no Centro de Saúde Jaqueline, situado na divisa
238 daquele município, mas nega atendimento se algum usuário de Belo Horizonte for se consultar lá.
239 Considera que é necessário tomar medidas restritivas. A conselheira Marilza pergunta se em todos
240 os postos de distribuição de medicamentos existe um responsável técnico e questiona o fato de estar
241 se descumprindo a exigência da presença desse responsável contida na Portaria Estadual N° 2728
242 sobre medicamentos controlados. Diz que irá cobrar do Conselho Regional de Farmácia um
243 posicionamento sobre essa questão. O conselheiro Leonardo Barros, representante da Secretaria,
244 fala que a questão da universalidade existe e é respeitada pela Secretaria mas, no seu entendimento
245 o direito a ela é de todos os cidadãos e os outros município também terão que assumir suas
246 responsabilidades. Diz que o Conselho Municipal de Saúde de Sabará ao invés de mandar carta para
247 a SMSA/BH dizendo que não pode ser ferido o princípio da universalidade deveria pressionar o
248 prefeito e o Secretário de Saúde de lá para que eles comprem medicamentos para os usuários de
249 Sabará. Afirma que todos os municípios recebem o PAB (Piso de Atenção Básica) que é suficiente
250 para que eles invistam na solução da atenção básica, sem contar com os incentivos do PAB variável

251 ou de PPI (Programação Pactuada Integrada). Fala da conjuntura nacional que, na sua opinião,
252 aumenta a procura da população pelos serviços públicos e defende a pressão no sentido de que haja
253 uma negociação para criação do Consórcio de medicamentos, mas entende que as medidas tomadas
254 são administrativas e têm que ser tomadas. Reafirma algumas das medidas anunciadas por
255 Vicencina. Complementando os esclarecimentos, Vicencina coloca que nos casos agudos o
256 atendimento continua sendo feito independente da origem do paciente e nos casos de medicamentos
257 de uso contínuo é fornecida uma cartela ou frasco do remédio receitado e dada orientação ao
258 paciente para procurar o gestor de seu município. Critica o que considera falta de ação dos gestores
259 de outros municípios e cita a SMSA de Santa Luzia que, segundo diz, manda que usuários de lá a
260 procurem no setor de trabalho para reinvidicar medicamentos. Afirma que se um usuário de Belo
261 Horizonte tentar pegar medicamento em um posto de Contagem não conseguirá porque o
262 atendimento lá está fechado para outros municípios, o mesmo ocorrendo em Matozinhos e
263 Vespasiano. Prevê que o gasto da Secretaria com medicamentos deve ultrapassar R\$ 10 milhões de
264 reais esse ano. Esclarece sobre alguns remédios específicos fornecidos pela Secretaria. O
265 conselheiro Antônio Carlos propõe que se acione a procuradoria do município para que os gestores
266 das cinco cidades citadas sejam interpelados judicialmente e processados por não garantirem os
267 medicamentos à sua população. A seguir, a 1ª secretária Sônia, faz a leitura das seguintes propostas:
268 tirar uma comissão que irá tentar uma audiência com o governador eleito Itamar Franco, para
269 propor um Seminário Estadual sobre saúde. O conselheiro Evaristo, autor da proposta, a completa
270 sugerindo que a Comissão seja composta por Anésio, Sebastião, Amâncio, Joana, Anadil, Antônio,
271 Marlene, Consuelo e Warlene. Sônia fala que o Leonardo assumiu o compromisso de agilizar a
272 audiência junto à equipe do governador eleito. Segue lendo as propostas: Que o departamento
273 jurídico da Secretaria agilize ação junto ao Ministério Público contra os gestores das cidades
274 citadas; A efetivação do cartão SUS, que diz deverá ser rediscutida no Conselho; a informatização
275 das unidades de saúde; que os gestores do SUS-BH busquem nos fóruns de secretários cobrar dos
276 demais gestores a criação do consórcio de medicamentos; que os conselhos dos cinco municípios
277 sejam convocados para discutir a questão; Rosseli reafirma sua proposta de que nenhuma medida
278 seja tomada e se dê um prazo de seis meses para solução inter-gestores e volte a discussão ao
279 plenário. Vicencina presta novos esclarecimentos sobre as medidas que diz serem organizativas. As
280 propostas são aprovadas em bloco, por consenso do plenário. Na sequência, Sônia passa ao ponto
281 seguinte da pauta: Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde. Foram indicados para participar do
282 evento que se realizará em Brasília os conselheiros Cleide e Antônio Carlos. Às 18:20 horas, nada
283 mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e
284 aprovada, será assinada pelo presidente e pela 1ª secretária do Conselho. Belo Horizonte, 12 de
285 novembro de 1998.
286 RFF/vld